

Os números do processo de inclusão no município de Pelotas (RS)

Adriane Cenci

Universidade Federal de Pelotas - UFPel
adricenci@hotmail.com

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares vem sendo promovida com maior intensidade nos últimos anos, especialmente depois de 2008, quando a nova política para a educação especial é formulada – a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Contudo, dadas às proporções territoriais do Brasil, às diferenças culturais e de desenvolvimento socioeconômico das regiões, percebe-se que o processo adquire configurações locais, e as mudanças nas diretrizes para escolarização dos alunos com necessidades especiais (aqueles com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação) atingem dimensões próprias e em períodos também distintos nos diferentes lugares. Assim, enquanto em alguns municípios a inclusão é disseminada, em outros pode ainda estar engatinhando.

Neste texto, apresenta-se a situação do município de Pelotas – localizado na zona sul do Rio Grande do Sul – em termos da inclusão de alunos com necessidades especiais.

O objetivo é mostrar o panorama da inclusão desde o ponto de vista das estatísticas nacionais e também das locais. Haveria diversas perspectivas para recorte dos dados, contudo, dado ao espaço restrito, aqui se prioriza o referente ao número de matrículas e às redes de ensino. Essa proposta oferece uma visão quantitativa da inclusão no referido município.

Para a construção do trabalho, utilizaram-se os dados acerca das matrículas de alunos com necessidades especiais nas publicações oficiais do governo (Painel MEC¹, que utiliza informações do Censo Escolar) e em documentos municipais (relatórios da Secretaria Municipal de Educação), bem como a legislação correspondente à temática. Além disso, realizou-se uma entrevista com a pessoa responsável pela organização do processo de inclusão em Pelotas com o intuito de enriquecer a discussão relativa aos dados coletados. O texto inicia com uma síntese das características da atual proposta de educação inclusiva e segue especificando o processo em Pelotas, mais detidamente, na rede municipal de ensino.

A Política de Educação Inclusiva

A partir de 2008, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva torna-se operacional com o Decreto nº 6.571, de setembro de 2008 (revogado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011) e com a Resolução 04/2009 do CNE/CBE. Os Decretos e a Resolução dispõem sobre a organização do atendimento educacional especializado. As principais características dessa proposta são as seguintes:

- O público-alvo da educação especial é redimensionado, torna-se específico: alunos com deficiência (física, mental, sensorial ou múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.
- Dá-se ênfase ao caráter complementar ou suplementar do atendimento. Este deve ocorrer no turno oposto ao que o aluno frequenta a classe regular, preferencialmente, na mesma escola.
- Define-se o atendimento especializado como aquele realizado em sala de recursos multifuncional (SRM).

¹ Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/>

- Determina-se que as escolas especiais e outras instituições especializadas devem adequar-se e funcionar como atendimento suplementar ou complementar.
- Estipula-se que os alunos que são o foco dessa política, passem a ter dupla matrícula: uma referente ao ensino regular e outra ao atendimento da sala de recursos multifuncional.
- Prioriza-se a formação de professores para trabalhar em SRM. Recursos financeiros significativos são destinados a essa formação, principalmente, em cursos à distância, breves, que enfatizam o trabalho com os materiais da sala de recursos e que seguem os princípios da política.

A inclusão no município de Pelotas

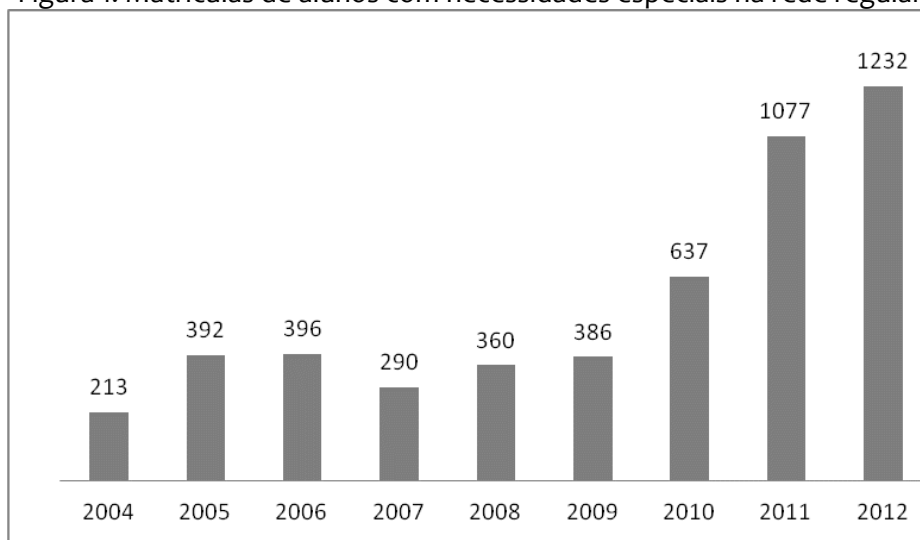
A rede escolar de Pelotas está constituída, segundo informações da Secretaria da Educação (RIO GRANDE DO SUL, 2014), por 219 escolas. Dessas, 55 são estaduais, 2 são federais, 87 são municipais e 75 são particulares. De acordo com os dados do Censo (BRASIL, 2014), em 2012, essa rede escolar atendia 72.700 alunos – ao se considerar o Ensino Básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional de Nível Técnico, Ensino Médio Normal/Magistério, Ensino Médio Integrado).

Os alunos com necessidades especiais matriculados na rede regular, no ano de 2012, eram 1.232. Esse número parece pequeno, considerando o total de matrículas, pois representa apenas cerca de 1,7% delas. Contudo, nesse ano, já havia mais alunos com necessidades especiais nas escolas regulares do que nas escolas especiais; mostrando que a política de inclusão vem sendo, de fato, implantada.

Nas escolas especiais, ainda segundo informações do Censo, em 2012, havia 356 alunos matriculados, a maior parte deles, em instituições particulares – 322 – e os outros assim distribuídos: 10 na rede estadual e 24 na municipal (BRASIL, 2014).

O número de matrículas de alunos com necessidades especiais em escolas regulares vem crescendo ano a ano, conforme se pode acompanhar na Figura 1.

Figura 1: Matrículas de alunos com necessidades especiais na rede regular

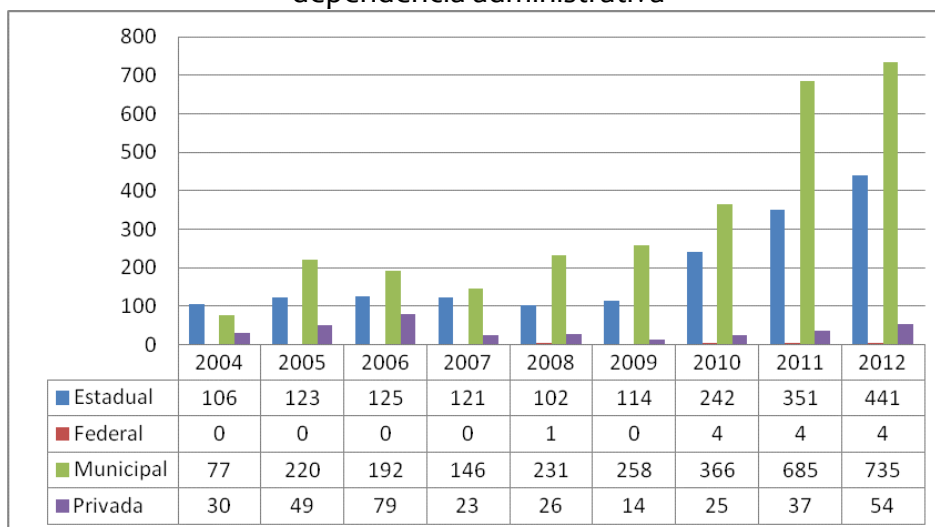


Fonte: Brasil (2014)

No ano de 2004, haviam 213 alunos com necessidades especiais matriculados na rede regular de ensino de Pelotas. Em 2012, o número passou a 1.232 e pode-se supor, com base na tendência de crescimento, que, em 2014, esse número seja ainda maior.

O crescimento é mais acentuado nas redes de ensino municipal e estadual, enquanto se observa que, na rede privada, as matrículas estão relativamente estáveis (Figura 2), tal situação podendo, talvez, ser explicada pela implementação das políticas públicas a favor da inclusão, que se disseminaram nos últimos anos.

Figura 2: Matrículas de alunos com necessidades especiais na rede regular por dependência administrativa



Fonte: Brasil (2014)

Dados provenientes da Secretaria Municipal da Educação (SME) informam um número mais elevado de alunos incluídos. Segundo levantamento realizado em parceria entre a SME e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) havia, aproximadamente, 1.350 alunos com necessidades especiais na rede municipal, no ano de 2013². Desses, 1.215 frequentavam, além da classe regular, o atendimento educacional especializado (AEE) da referida rede (PELOTAS, 2014). Em entrevista com a pessoa responsável pela inclusão, na SME, ela destaca essa ampliação da inclusão nas escolas municipais:

A gente tem uma caminhada de grande evolução. Nós começamos assim, tu vai ver no portfólio, com 33 alunos, quando eu entrei. E estamos agora com 1.500 alunos a mais na rede. Nós começamos com duas salas de recursos e estamos com 34 (ENTREVISTA, 14 de março de 2014, linhas 50-52).

A gente tem ainda muito pra melhorar. Mas a caminhada já teve bastante crescimento, em relação ao que a gente começou. Até porque eu estou a 8 anos aqui. Então eu vejo esse crescimento. Vejo as melhoras e até a aceitação por parte do professor. (ENTREVISTA, 14 de março de 2014, linhas 200-202)

A inclusão cresce mais rapidamente na rede municipal já que, em Pelotas, esse é o espaço que tem oferecido mais recursos para os alunos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento³. Uma análise da implementação e distribuição das SRM corrobora com essa afirmativa – Figuras 3 e 4. Em 2005, havia apenas uma sala, em 2011, esse número passou a 62. Dessas, 49 estão em escolas municipais.

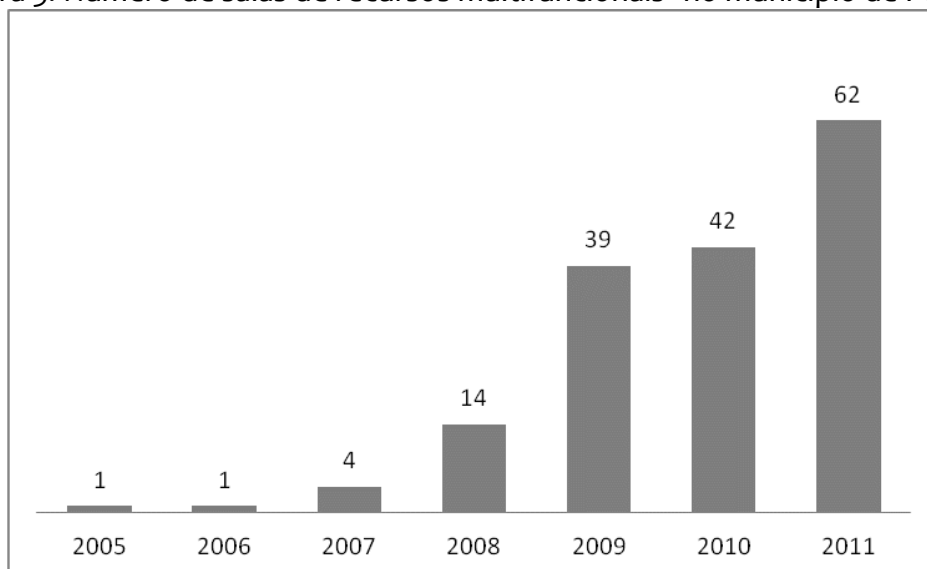
Na entrevista, essa informação também foi ressaltada:

² Esse número de alunos na rede municipal, em 2013, é acentuadamente elevado em relação ao dado, disponibilizado pelo MEC, para a mesma rede, em 2012, indicando que o número de incluídos havia, praticamente, dobrado. Neste ano, havia 735 alunos incluídos em escolas municipais, de acordo com os dados do MEC, baseados no Censo Escolar. Em relação a isso, é importante informar que as informações da rede municipal foram obtidas através do preenchimento de planilhas pelas escolas. A discrepância em relação aos dados fornecidos pelo MEC é, então, possivelmente, resultante dos critérios utilizados por cada um desses levantamentos. Nas planilhas que basearam os dados da SME podem estar incluídos alunos que apresentam dificuldades, que não entrariam na definição do público-alvo da educação especial do MEC, mas que, por motivos variados, foram considerados como apresentando necessidades especiais, pelas pessoas que preencheram as planilhas.

³ Quanto aos alunos com altas habilidades/superdotação ainda não se percebe um trabalho efetivo, até porque são raros os casos que foram identificados. Segundo os dados do MEC, constavam apenas três alunos cadastrados como tendo altas habilidades/superdotação no levantamento referente ao ano de 2012.

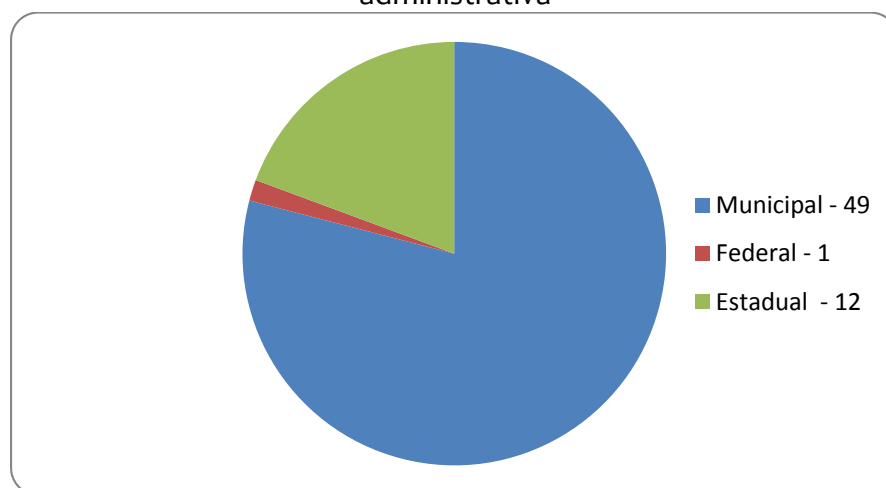
[...] eu vejo como começou no município essa mudança maior, tanto é que o crescimento é maior, o próprio estado, a própria educação especial da 5ª CRE, que é daqui de Pelotas, as que trabalham com educação especial elas reconhecem isso. Nas palestras que a gente vai, elas dizem que o município ele tá à frente, ele conseguiu avançar nesse sentido. (ENTREVISTA, 14 de março de 2014, linhas 470-473).

Figura 3: Número de salas de recursos multifuncionais⁴ no município de Pelotas



Fonte: Brasil (2014)

Figura 4: Distribuição, em 2012, das salas de recursos multifuncionais por dependência administrativa



Fonte: Brasil (2014)

⁴ O número de salas apresentado nas Figuras 3 e 4 abrange também material encaminhado para salas já existentes. A SME contabiliza 34 salas, já os dados do MEC apontam 49 salas na rede municipal. O descompasso talvez se deva ao fato de que a informação da SME conta o número de escolas contempladas, já os dados do MEC contabilizam qualquer remessa de material às escolas, como o equipamento para a atualização de salas já existentes.

A oferta das salas de recursos multifuncionais parte do governo federal. A distribuição delas, contudo, está atrelada ao interesse das redes – através da adesão aos editais – e à contrapartida, que inclui a disponibilização de espaço físico e professor com habilitação mínima. Parece que, em Pelotas, a rede municipal está empenhada na efetivação da proposta de educação inclusiva, apresentando, também, melhor organização e estrutura (salas nas escolas e professores) para requerer os recursos federais, o que justifica o maior número de alunos aí incluídos.

Considerações finais:

Ao analisar os dados das matrículas dos alunos com necessidades especiais incluídos na rede regular de ensino de Pelotas observa-se que, ao menos quantitativamente, a inclusão se vem consolidando e ampliando, significativamente, nos últimos anos. Caberia uma investigação qualitativa para avaliar o impacto da política de inclusão no dia-a-dia das escolas.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2008.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução**

n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento

Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Painel de controle do MEC**. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

PELOTAS, Secretaria Municipal de Educação. **CAPTA:** Centro de Apoio, Pesquisa e Tecnologias para a Aprendizagem (documento impresso). Pelotas, 2014.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Educação. **Busca de escolas:** pesquisa de escolas no Rio Grande do Sul. Disponível em:
<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp>. Acesso em: 02 abr. 2014.